

178

O COMPORTAMENTO FISCAL DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: UMA ANÁLISE EMPÍRICA. *Daiane Londero, Gilberto de Oliveira Veloso (orient.) (UFSM).*

Após entrar em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em maio de 2000, como meio de limitar o endividamento dos municípios e estados e definir os princípios básicos de responsabilidade, busca-se verificar a eficiência e a abrangência da LRF. Passa-se então a analisar os balanços dos municípios do Rio Grande do Sul, verifica-se a abrangência e os limites da Lei sobre o comportamento da receita, da despesa e do déficit primário. O trabalho se desenvolveu com base na busca de informações sobre a LRF e análise empírica dos dados levantados. Utilizou-se os resultados do ano de 2001 para identificar quais as rubricas que mais contribuem no desempenho fiscal dos municípios do Estado quanto aos resultados do déficit primário, despesa e receita totais. Os resultados obtidos demonstram que a Receita Total é determinada, de forma mais significativa, pela Receita Tributária Total, cota-parte do Fundo de Participação Municipal e cota-parte do ICMS. Verificou-se que a equação que melhor caracteriza as Despesas Totais, é a que tem como variáveis independentes a Receita Corrente Total, as Transferências Correntes, a Receita Tributária Total, a cota-parte do FPM, a cota-parte do ICMS e as Despesas com Pessoal. E, finalmente, nos testes realizados sobre o Déficit Primário, constatou-se que todas as equações que apresentem nas suas variáveis independentes Despesa Total e Receita Corrente Total, apresentam um R^2 igual a 1, indicando sua perfeita correspondência, com 100% de influências das variáveis independentes sobre a variável dependente. Ainda, como adicional, verificou-se o impacto da LRF nos municípios, como uma queda do Déficit Primário, no montante médio, de 389, 10% de 2000 para 2001. Assim, verificou-se as principais rubricas que determinam a Receita, a Despesa e o Déficit Primário, após entrar em vigor a LRF, e constatou-se a eficiência da Lei, contribuindo para a responsabilidade da gestão pública. (PIBIC).